

EM MEMÓRIA DE UMA MULHER MAYA¹

Ernesto Venturini²

RESUMO

Nesta conferência o autor coloca em evidência a expansão da hegemonia da civilidade ocidental a custo da destruição da ideia do outro. Como instrumento desta civilidade, a psiquiatria transforma uma arcaica relação de poder baseada na violência física, em uma moderna relação de poder, um novo paradigma de submissão psicológica e moral do Eu do doente, mais apropriado à lógica do estado liberal. Partindo destas considerações, o autor analisa, entre outros, os movimentos sociais imbricados com o movimento político que constitui a reforma psiquiátrica e a revolução epistemológica que se representa pela queda dos manicômios.

Palavras-chave: Psiquiatria. Movimentos de reforma psiquiátrica. Epistemologia e saúde mental.

ABSTRACT

The author puts into perspective the expansion of western civilization coupled with the destruction of the idea of the other. As an instrument in this colonial process, psychiatry managed to transform an archaic into a modern power relationship, a new paradigm of moral and psychological submission of the I of the ill, more appropriate to the logic of the Liberal State. The author then analyses the social movements involved in the political movement of psychiatric reform and the epistemological revolution represented by the fall of the asylums. Keywords: Psychiatry. Psychiatric reform. Epistemology.

¹ Conferência de abertura proferida por ocasião do I Encontro de Pesquisadores em História de Saúde Mental, promovida pelo GT de História da Psicologia da ANPPEP (UFSC, Florianópolis, agosto 2011).

2. Consultor, Organização Mundial de Saúde -Bolonha, Itália. E-mail: gof9013@iperbole.bologna.it

“O capitão Alonso López de Avila fez prisioneira, durante a guerra, uma jovem índia, mulher linda e amável. Ela tinha prometido ao esposo, que tinha medo de ser morto na guerra, que não seria de ninguém, a não ser dele. E ela preferiu perder a vida antes que ser manchada de vergonha por um outro homem. Por isso foi servida como comida aos cães”. São palavras de Diego de Landa (“Relatório a respeito do Yucatan”, no ano do Senhor de 1566).

O historiador Tzvetan Todorov põe estas palavras no início do seu livro – “A conquista da America: o assunto do Outro”. Ele diz: “Dedico este livro à memória de uma mulher maya, devorada pelos cães.” Logo depois Todorov explica o sentido do assunto e da dedicatória:

Eu quero falar da descoberta que o Eu fiz do Outro. Nós podemos descobrir os Outros em nós mesmos, dar-se conta que cada um de nós não é uma substância homogênea e que não é radicalmente estranho a tudo que não coincide com o Eu. O Eu é um Outro e os Outros são o Eu. Posso conceber estes Outros como uma abstração ou com relação a mim ou como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode ser interno à sociedade (as mulheres por os homens, os ricos por os pobres, os loucos por os “normais”) ou pode ser externo, como por exemplo, uma outra sociedade [...]

Entre numerosas narrações, Todorov explica que escolheu a conquista da América, porque a descoberta da América, ou melhor, dos americanos, constituiu o encontro mais extraordinário da nossa história. Representou um verdadeiro sentimento de (alteridade) radical que nunca antes aconteceu, na descoberta de outras sociedades.

Uma mulher maya morreu devorada pelos cães – prossegue Todorov – nesta história concentra-se uma das hipóteses extremas da relação com o Outro. O esposo, de quem ela é o Outro interior, não oferece-lhe nenhuma possibilidade de se impor como sujeito livre e priva a esposa da própria liberdade. Esta mulher não é outro que o lugar onde se enfrentam os desejos e as vontades de dois homens; o poder deles é matar e estuprar as mulheres. Mas é a própria alteridade cultural que resolve o drama: a mulher maya não é estuprada, como poderia acontecer à uma mulher espanhola em tempo de guerra, ela foi servida de comida aos cães, porque ela era uma mulher não subserviente e índia [...]

A contar da conquista da América e durante 400 anos, a “civilização” ocidental tem buscado matar ou assimilar o Outro, tentando fazer desaparecer a alteridade. A sua modalidade de vida e os seus valores – econômicos, culturais, ideológicos – difundiram-se em todo o mundo. A ideia da sua

superioridade procriou o racismo, até à escravidão, ao holocausto, aos lager, aos gulag, procriou as guerras para impor a própria ideia de democracia e ordem, procriou a criminalização dos dissidentes. “É superficial– diz Todorov – se contentar em condenar os maus conquistadores e ter dó dos bons índios, como se fosse adequado não se identificar com o mal para combatê-lo. Nós somos diferentes dos conquistadores, mas somos também lhes somos semelhantes: não estamos certos que não comportando-nos como eles, não imitaremos, adaptando-nos às novas circunstâncias...”

Esta ideia da superioridade de um Eu poderoso, cujo olhar não reconhece o Outro, é a ideia que Michel Foucault encontra ao fazer uma história da loucura. Foucault descobre que há um gesto de exclusão na construção do pensamento moderno. Fica evidente a ligação entre o nascimento da “razão” cartesiana e a exclusão da loucura, revela como a certeza da nossa civilidade tinha a ver com a delimitação da normalidade com respeito à irracionalidade: uma relação conflituosa de exclusão/complementaridade entre a não razão e o sistema de valores éticos, afetivos e religiosos, definido como categoria da normalidade. “O meu estudo – diz Foucault – pretende reconstruir a decisão que, ao mesmo tempo, une e separa razão e loucura, pretende descobrir e buscar a troca perpétua, a obscura raiz comum, o encontro originário que confere sentido tanto à unidade quanto à oposição entre o senso e o não senso...”. Foucault afronta o monólogo da razão e escreve a história da loucura, descreve o grande internamento dos marginais na época do Renascimento e identifica o início da psiquiatria moderna em 1792, quando se impôs um novo paradigma – o paradigma da “objetividade/ do olhar puro e rigoroso”.

Utilizo a palavra “paradigma” no sentido do físico Thomas Kuhn, que, em 1962, publicou o seu livro “A estrutura das revoluções científicas”. Kuhn descreve algumas mudanças, as mais clamorosas, na história das descobertas científicas: na astronomia, na física, na química. Kuhn põe em discussão radicalmente a confiança na evolução unilinear das ciências; critica a “ciência normal”- a atividade científica e os resultados (teóricos e práticos) sobre os quais concorda a comunidade dos cientistas duma disciplina.

Kuhn emprega o conceito de “paradigma” em dois diferentes sentidos. O primeiro designa um cunho disciplinar: o conjunto das técnicas, modelos,

valores ao qual aderem os membros de uma comunidade científica (a ciência normal). O segundo designa um particular elemento exemplar (“As Principias de Newton”, o “Almagesto” de Tolomeo). Neste caso, o paradigma é um exemplo, que através sua repetitividade é capaz de modelar o comportamento e as práticas dos cientistas. Como critério de cientificidade, o paradigma sucede às regras; a específica lógica do exemplo sucede a lógica da lei. Então, a grande cena instituidora do paradigma da psiquiatria – “o paradigma da objetividade/ do olhar puro e rigoroso do alienista”- ocorre em 1792 . Esta cena é descrita por parte de Michel Foucault no seu livro “Historia da Loucura na Época Clássica” e é pintada pelo famoso pintor, Jacques-Louis David. No quadro se pode ver Pinel, o médico de Napoleão, que está em Bicêtre, um dos hospícios de Paris e que liberta as mulheres loucas amarradas. As loucas exprimem reconhecimento e começam a curar-se. Assim inicia a disciplina psiquiátrica. Quando Pinel liberta os loucos estabelece entre libertador e libertados uma espécie de dívida de reconhecimento que deverá ser saldada por duas modalidades. Em primeiro lugar, a violência selvagem do corpo amarrado, barrado com correntes, será substituída por uma submissão constante de uma vontade a uma outra vontade. Em segundo lugar, a dívida poderá ser anulada com a cura, com a terapia do louco, ou melhor, com o conceito de doença que o louco deverá reconhecer em si mesmo. No entanto, esta cena de libertação não é só suscitada por princípios morais e filantrópicos. Representa a transformação de uma arcaica relação de poder baseada na violência física, em uma moderna relação de poder, quer dizer em um novo paradigma de sujeição, submissão, psicológica e moral do Eu do doente, mais apropriado à lógica do estado liberal.

Vale a pena observar como o novo paradigma se origina em um momento histórico de importante mudança social – na época da revolução francesa. Neste caso, os acontecimentos políticos influem nas decisões científicas, mas o novo poder também precisa deste novo paradigma para ser legitimado. O hospital psiquiátrico torna-se o símbolo, o monumento onde se exercerá o pacto de aliança entre loucos e psiquiatras: o louco se transforma em doente e o alienista se torna psiquiatra. Quando um antigo paradigma é substituído por um novo, origina-se uma revolução científica. Mas uma nova teoria não é, em si mesma, um acréscimo ao conhecido: ela exige uma nova

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

avaliação dos eventos observados e raramente é conduzida a termo por parte de um único indivíduo e em curto prazo. A comunidade científica – no pensamento de Kuhn - procura assimilar as novas descobertas através da “depuração do paradigma”, para não provocar a crise das crenças compartilhadas. Inicia-se um processo dialético entre racionalização e mudança, que, às vezes, representa (como no caso da desinstitucionalização) um processo entre modernização e democratização. Neste processo “a ciência normal” se opõe à introdução do novo. É uma ciência acumulativa que obtém seu êxito por habilidade dos cientistas em escolher assuntos que podem ser resolvidos com técnicas, conceptuais e instrumentais, relacionadas àquelas que já existiam.

No âmbito profissional, constitui um exemplo de depuração ou “escamotage” de Esquirol (em 1821) na intenção de resolver a contradição de tolerância da cidade belga de Geel: Esquirol institui as colônias rurais no interior dos manicômios, utilizando técnicas conceptuais que mantêm e consolidam o paradigma do internamento. No âmbito social e econômico busca a convergência entre a ideologia psiquiátrica e os interesses do poder político. Pode-se descobrir este emaranhamento de interesses e conflitos, por exemplo, na construção dos hospitais psiquiátricos na Europa, no fim do século XVIII. Nestas construções foi posta à prova a convergência dos interesses administrativos, comerciais, profissionais (e vocês podem refletir, aqui, sobre a importância similar que, no Brasil, teve, por parte do poder militar, o favorecimento, nos anos 1970, do crescimento dos hospitais psiquiátricos privados conveniados, que constituíram recurso econômico e eleitoral para o regime!). Mas ainda mais, pode-se ver o emaranhamento de interesses políticos na primeira lei psiquiátrica – a lei francesa de 1838 – que vai criar, por intervenção de Esquirol, uma forte aliança com o poder judiciário. Desde aquele momento a psiquiatria junta-se ao modelo carcerário e provoca a propensão irresistível em decretar como psiquiátrico qualquer gesto agressivo das pessoas.

Assim a consolidação do paradigma – a chamada limpeza – desenvolve-se no decurso do século XIX e no início do século XX: é a época de transição do paradigma. O seu fortalecimento e mesmo a sua desnaturalização se realiza na época dos fascismos, quando surgem as terapias de choque e os doentes

são inscritos no registro criminal, na Itália, e não mais considerados como cidadãos e por isso eliminados, na Alemanha nazista (o tristemente célebre projeto T4).

O paradigma psiquiátrico, como necessidade de internar, em espaços disciplinados, de usar diagnósticos e técnicas de controle dos comportamentos, chega a ser predominante: na década de 50, o número dos internados nos hospitais psiquiátricos chega ao auge na Europa e nos Estados Unidos. A descoberta dos psicofármacos e a utilização deles, nos anos 50, não mudam a prática da psiquiatria asilar; fortificam, ao contrário, o paradigma do internamento com a necessidade de refinar e ampliar o modelo classificador das doenças. O que começa a reduzir a incontestabilidade do manicômio são mudanças econômicas, culturais e sociais: nas décadas de 50 e 60, cresce a sensibilidade coletiva na defesa dos direitos dos marginais e dos diferentes. A luta para os direitos civis no Sul da EUA apaixona o mundo inteiro. Quando Billie Holiday canta “Strange Fruit” e denuncia o racismo da KuKluKlan que enforca os pretos nos árvores, as suas palavras fazem arrepiar e comover, mas, sobretudo, representam uma nova página na história da emancipação: “As árvores do sul produzem frutos estranhos, sangue nas folhas, sangue nas raízes, um corpo preto que ondula na brisa do sul...” Pouco depois o movimento feminista releva como na dialética entre o Eu e o Outro exista na realidade a exclusão de gênero. A consciência desta mistificação gera conflitos, mas muda a percepção do Eu, seja o da mulher, que o do homem. CheGuevara entusiasma com as suas palavras: “O princípio que nos governa é sentir no mais fundo do nosso coração qualquer injúria contra qualquer um, em qualquer lugar do mundo.” E os jovens estudantes no 1968, declaram “I’m care”: qualquer injustiça nós toca e impõe o nosso envolvimento.

O sonho de uma vida melhor e a esperança em uma transformação radical dos estudantes oferece dignidade aos outros oprimidos. Mas talvez a mudança maior na dialética dos sujeitos tenha sido trazida por um modesto advogado da Índia. O Mahatma Gandhi demonstra a força revolucionária do conceito da não violência: Demonstra ao opressor a fragilidade dos seus pretextos e muda a unidirecionalidade da relação interpessoal.

No âmbito específico da saúde mental, no entanto, surgem algumas inovações: a política dos “Community Mental Health Centres” nos Estados

Unidos, a “Psychotherapie institutionelle” e a organização do “Sector” na França, o uso da psicoterapia das psicoses, o pensamento fenomenológico existencial. Iniciam práticas críticas que recusam as contenções, o uso dos eletrochoques, o abuso dos psicofármacos: um exemplo luminoso é a prática de Nise da Silveira no Brasil.

Mas dois serão os elementos determinantes para a mudança do paradigma. Primeiramente, a união político-cultural entre as práticas críticas e as lutas anti-autoritárias dos estudantes, dos operários, das mulheres nos anos 60 (no mítico 1968). Como segundo elemento, a capacidade dos inovadores em forçar a interpretação das antigas regras, transformando contemporaneamente a realidade das instituições, quebrando as barreiras físicas, psicológicas, culturais; como não é possível aceitar a separação das verdades, entre o escrito e o pensamento de um lado e uma prática inumana e imutável de outro.

A “Psiquiatria Democrática” na Itália demonstrou a possibilidade de mudar a relação entre o psiquiatra e o usuário e, sobretudo, a condição do doente, ainda aproveitando da velha lei. Esta atitude se demonstrou um recurso fundamental para ultrapassar a ideia da psiquiatria como repressão e controle dos comportamentos. Com a lei de reforma italiana de maio 1978, é sancionado o fim dos hospitais psiquiátricos. A consequente ideia de “uma sociedade sem manicômios” representa uma revolução científica: é a substituição do paradigma “da objetivação e do internamento” com um novo paradigma. O pensamento e a prática de Franco Basaglia constituem o exemplo paradigmático da mudança.

A grande cena instituidora do novo paradigma – que eu chamo o paradigma da “subjetividade/ do olhar-se na reciprocidade”- se depara perante os nossos olhos, antes da lei, se depara no mês de fevereiro do ano 1966: é a primeira assembleia geral no hospital psiquiátrico em Gorizia, dirigida por Franco Basaglia. Estamos na sala do jantar da Secção “B” feminina, à tarde. Os internados chegam em grupos de outras secções, atravessaram o parque coberto de neve. Há um murmurinho, mas há também muita tensão. Na mesa da presidência estão sentados os internados, enquanto os psiquiatras – Basaglia, Slavich, Casagrande, Pirella, Jervis, Schittar -e os enfermeiros (alguns deles ainda com a bata do hospital) escutam na sala e, para falar, devem pedir

a palavra. Estão presentes [os internados] Giovanna, Furio, Miklus, Carla, Margherita que as vezes solta um grito, mas é atenta e olha com curiosidade. Depois de um pouco de hesitação, Mario [um dos internos] é nomeado presidente da assembleia. Mario faz a lista dos temas das próximas assembleias. Este encontro já não é a comunidade terapêutica: não há regras, nem há tema proibido ou interpretações. Os loucos se reapropriaram do direito da palavra, eles decidem a organização da vida no hospital, falam da própria loucura, compreendem a própria história e as suas contradições, reconhecem os próprios direitos.

A psiquiatria encontra-se exposta: uma falha (ou fissura) é aberta na intercessão entre o poder e o saber, entre a prática e a teoria. A loucura começa a colocar sua própria voz diante da sociedade: nas assembleias, nos teatros, nas residências pós-manicômio, nas cooperativas de inserção laborativa. Afirma-se uma nova presença: aquela do gesto louco, não mais insensato ou vão, mas dotado de sentido. Derruba-se a visão de um mundo onde estava ausente a diversidade; sobre a cena da vida não há mais o sadio ou o doente, existem apenas os sujeitos em sua concretude existencial.

A revolução epistemológica, que acompanha a morte do manicômio, reside, paradoxalmente, na possibilidade de mudar a direção do olhar. O que é importante não é olhar; é importante deixar-se olhar, afirmar a reciprocidade, declarar-se e juntos no palco da vida, abrir-se à dialética. Deixar-se olhar significa despedir-se do eu poderoso do alienista (“a lógica forte do observador puro e rigoroso”), renunciar, para sempre, à sua solidez e a seu peso. Para Sartre a percepção do Outro – base de todo conhecimento – é a possibilidade de ser visto por este Outro: perceber não é só recolher um objeto; é, sobretudo, dar-se conta de estar sendo olhado. O observador, na psiquiatria, reintegra-se na observação e o observado escapa do conceito de objeto e de “não razão”. Sua diversidade é um valor, o conflito é uma potencialidade inovadora, a desordem é pressuposto do ato criativo, a negação é virtude.

Existem dois caminhos que, desde seu início, não mais se cruzaram: o pensamento da loucura e a prática da doença mental. Basaglia, primeiramente, examina ambos e o faz para dar voz ao “balbúcio” da loucura e impor o silêncio à ciência. A doença mental é colocada entre parênteses para poder dar voz a quem não tem voz, para fazer falar a loucura. É em ato um processo dialético

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

entre racionalização e mudança ou, melhor, entre modernização e democratização. A mudança é uma ruptura epistemológica com o passado (é a aceitação do novo paradigma). A transformação é uma tentativa de manter o antigo paradigma, fingindo responder a novos assuntos com técnicas conceptuais e instrumentais antigas. A transformação inspira-se em modelos de modernização, de eficiência, de medição só quantitativa. Um exemplo de transformação é a produção de cronicidade: tudo aquele que não é resolvido no âmbito do pressuposto standard é rejeitado, delegado a outras agências. “O manicômio tem sua razão de ser- diz Basaglia nas “Conferências Brasileiras - porque torna racional o irracional. Quando qualquer um fica louco e entra no manicômio, deixa de ser louco para transformar-se em doente. Torna-se racional enquanto doente. O problema é como desfazer este nó, superar a loucura institucional e reconhecer a loucura lá onde ela teve origem, como se diz, na vida.”.

A crítica basagliana se reconduz à tradição do Iluminismo, à Kant, à Escola de Frankfurt. Negar o internamento psiquiátrico significa negar o absoluto do conceito de objetividade e de cientificidade da cultura ocidental e, ao mesmo tempo, reconhecer na organização institucional um elemento determinante, não natural, de definição do conhecimento e da produção da realidade. A psiquiatria de fato é simplesmente a expressão médica de uma forma de pensar, segundo as categorias de inclusão ou de exclusão. É uma lógica que se torna manifesta no internamento, mas que penetra profundamente o social através da capacidade de criar vigilância e autovigilância.

O pensamento de Basaglia se desenvolve dentro de uma cultura europeia, rica e entrelaçada. Nele reconhecemos a antropologia fenomenológica, a *deinanalyse*, o existencialismo e o estruturalismo. Em particular Basaglia parte da oportunidade fenomenológica de exprimir a própria subjetividade e prossegue com a conseqüente abolição da distinção normativa entre são e doente, até subverter a noção de norma. Do existencialismo compartilha a aspiração de avançar, para além da própria má-fé ou inautenticidade, em direção à conquista de uma liberdade que é consciência da própria história e da do Outro. Em geral o pensamento de Basaglia remete às reflexões de E. Husserl, K. Jaspers, E. Minkowski, J.P. Sartre, M. Merleau-Ponty, Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

M. Foucault, mas também encontramos referências a A. Artaud, E. Goffman, R. Laing e sobretudo a W. Benjamin, T. Kuhn, A. Gramsci e Ivan Illich. Deste último autor, Basaglia aprecia o requisitório contra a transformação da atividade humana em mercadorias, produzidas em série, aprecia a procura de uma técnica de formação democrática e de um estilo de vida simples.

Mas para evidenciar a grande envergadura revolucionária na relação do Eu com o Outro, realizada pelo movimento basagliano, não podemos não pensar em Franz Fanon, psiquiatra, intelectual, militante revolucionário do Frente de Libertação Nacional na guerra pela independência da Argélia. Basaglia e Fanon têm em comum a indignação contra a discriminação, seja manicomial, por um, ou racial, por outro. Os dois lutam diariamente contra cada forma de opressão e violência, para impedir que as diversidades naturais ou históricas possam tornar-se desigualdades sociais.

Fanon põe em evidência como a experiência da vergonha e da dessubjetivação do olhar racista, de alto para baixo, que congela o Outro no desumano, o condena à passividade, à invisibilidade. O preto –segundo a antropologia lombrosiana – fica culpado: culpado de não ser branco.

A ruptura basagliana do paradigma da objetivação, através da crítica à pseudocientificidade da psiquiatria, deve muito à Goffman e Foucault. Mas é a Fanon que Basaglia dedica as últimas páginas da “A Instituição Negada”, nas quais menciona a carta de demissão de Fanon do hospital psiquiátrico de Blida-Joinville em 1956. Para Basaglia, Fanon é o modelo de autodestruição do Eu forte e rigoroso, do sujeito do conhecimento, e da sua reconstrução como testemunha da condição de exclusão, de opressão, de colonização do doente mental. “Franz Fanon – diz Basaglia – tem seguido o inteiro interinstitucional que o sistema lhe permitia: de brilhante psiquiatra comprometido na experiência reformadora em Saint-Alban, junto com Tosquelles, à psiquiatria de cor para doentes de cor em Paris depois na Alger [Argélia], na época da guerra de libertação”. Naquele momento Fanon compreende que a relação entre o médico e o doente – tal como a relação entre o branco e o preto, entre quem detém o poder e quem não o detém, em geral entre um Eu e um Outro – era sempre uma relação institucional, onde as listas já tinham sido definidas pelo sistema. “A psiquiatria – diz Basaglia – é conivente com o poder, seja quando aperfeiçoa a separação entre o louco e a sociedade, seja quando o

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

restitua, readaptado, ao sistema...” Se as relações são sempre relações do poder, não é possível fazer outra coisa senão restabelecer uma margem de liberdade sem a qual não existe transformação. Esta liberdade gera reciprocidade, nega o princípio da hierarquia autoritária, pode transformar as consciências, chegar ao reconhecimento do Outro.

Para Fanon, o reconhecimento significa o desaparecimento da colonização, mas também o desaparecimento do colonizado. Matar o racismo significa que o preto tem de matar o branco que vive dentro dele e que o branco mesmo tem de matar o que em ele o desumaniza. Basaglia também persegue a injúria contra o homem que há em nós (como se expressa Fanon no “Os malditos da terra”) e a sua prática é avessa ao reformismo e chega a ser ação revolucionária. A nossa experiência em Gorizia (e depois em Trieste e em todos os outros lugares de libertação) de fato não surgiu só por uma preocupação humanitária, reconheceu sobretudo a necessidade de um gesto intelectual capaz de libertar uma lúcida paixão cognoscitiva, baseada na crítica e na contradição: um gesto no terreno da consistência da cotidianidade, mais autêntico da ciência com a sua pressuposta neutralidade. Basaglia, seja claro, não recusa a ciência, detesta só as suas veleidades de invadir a vida, de solucionar o problema da existência, tornando absolutas as próprias específicas premissas a todo o campo do conhecimento.

No início da sua direção em Gorizia, Basaglia estava desanimado: aquele lugar era até pior do que o cárcere, onde ele, jovem antifascista, foi preso na época da guerra. Basaglia não quer ser carcereiro, quer voltar para Universidade, mas a indignação prevalece e com ela a coragem da luta. Para sobreviver Basaglia e Fanon, e nós com eles, tiveram que estranhar-se e olhar de um ponto de observação outro e diferente do normal, foram obrigados a olhar os Outros com os olhos de estrangeiro, quer dizer, da pessoa que renuncia aos privilégios de quem pertence à classe dominante. Ficar do lado dos últimos não é fácil, não permite mistificação e má-fé, significa aceitar uma situação de luta dura e permanente. Mas o conflito mantém abertas as contradições deslocando-as para um nível maior, porta a recusa de cada paternalismo terapêutico, pode significar a contestação mesma do usuário contra o seu libertador: nenhuma identidade pode ser dada como prenda, nenhum poder pode ser oferecido: o poder da autonomia tem que ser

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

conquistado. Não é o opressor que pode dar a liberdade, é o sujeito mesmo que tem conquistar a própria liberdade.

Existe um momento que simbolicamente aproxima a experiência de Fanon com a experiência de Gorizia. Em 1956 Fanon apresenta a sua demissão do hospital psiquiátrico de Blida e escreve uma carta famosa sobre o perigo da mistificação terapêutica e a necessidade da luta revolucionária. Em 1972 nós, os psiquiatras da equipe em Gorizia, resolvemos dar alta, no mesmo dia, a todos os internados do hospital, depois apresentamos nossas demissões e nos dirigimos, com uma carta, aos usuários para explicar as motivações do gesto. Naquela época os políticos e os administradores da cidade não queriam que a nossa experiência saísse para fora do hospital, não queriam abrir Caps na comunidade.

As duas cartas representam o ponto de chegada, político e técnico, mas também o ponto de saída. Para Fanon “[...] A psiquiatria como técnica médica é incapaz de operar como modalidade não mistificadora, no interior da situação colonial”. A transformação não pode se realizar fora da luta revolucionária, ela tem que manifestar-se com mecanismos psíquicos novos. Para nós, ao contrário, a revolução consistia na capacidade de ser radicalmente reformadores e absolutamente não violentos, em antagonismo à violência institucional. Naquele dia estávamos tristes. Na realidade apresentamos nossas demissões, só para antecipar a repressão do poder político. O nosso futuro era incerto (na realidade teremos nos espalhando em novas experiências mais radicais, em Trieste, em Arezzo, em Ferrara e em outros, tantos novos lugares de libertação), o que era mais incerto era o futuro dos usuários. Os enfermeiros estavam calados. Giovanna tinha os olhos brilhantes de choro, Margherita tinha ficado no seu quarto. Só poucos tinham a possibilidade econômica de sair do hospital. “[...] Este último gesto – foram as nossas palavras naquela última assembleia geral – que afasta-nos do hospital é a prova coerente da recusa de sofrer os limites estabelecidos do exterior que deteriorariam a nossa, a vossa, emancipação [...]. No momento que os deixamos, estamos serenos mesmo que aflitos, porque sabemos que o que fizemos juntos é seu e ninguém poderá destruir. Além disso, estamos certos que todos vocês, usuários e enfermeiros, estão em condições de prosseguir a sua e a nossa luta, sabendo que nós estaremos em alguns lugares, mas

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

lutando sempre pelas mesmas coisas: defender todos os homens, todos os Outros, e não só nós mesmos [...]"

Mas daquela despedida brotarão outros encontros e outras lutas em outras cidades e em outros países. Para mim haveria a grande festa da saída de "Marco Cavallo" e a abertura do primeiro Caps em Trieste, em 1975, e depois a inauguração da "Càdel Vento", a primeira residência autogerida pelo usuários em Imola, ou a cerimônia do "Sal e Árvores", quando, fechando o manicômio, derramamos sal no hospital e plantamos árvores nas novas residências, ou os eventos da "Cidade Reabilitada", sempre em Imola, quando o que contava era precisamente a reciprocidade do olhar entre os loucos e a criança, ou entre os usuários e as donas da casa, ou outros cidadãos e quando todo isso acontecia nas praças, nas ruas, nos teatros da cidade.

E depois haverá, para mim, a extraordinária experiência da assessoria da OPAS, acompanhando, desde o início, a reforma da saúde mental no Brasil. Naquele mesmo país, de quem eu falava com Basaglia, à noite, em seu apartamento em Trieste. Era 1979, Basaglia estava voltando para o Brasil pela segunda vez, e eu estava para partir para Moçambique e, os dois, tentávamos aprender juntos o português. Basaglia estava admirado, entusiasmado pelos brasileiros. Sem dúvida naqueles dias o Brasil estava saindo da ditadura, tinha fome de democracia e Franco estava em condições de oferecer sonhos e a consistência de uma prática de mudança. Chegava no momento oportuno, mas havia também outras explicações por este enamoramento recíproco entre Basaglia e o Brasil. Uma delas revia exatamente com este assunto da dialética entre o Eu e o Outro. Basaglia me falava desta alegria de vida, deste olhar direto dos brasileiros, da ausência de uma modalidade formal na conversa (na declinação do verbo existia só o "você" e não três diferentes modalidades para se dirigir ao outro, como na língua italiana), falava da diferente "proxemica" nas relações: O corpo do Outro era mais próximo, os contatos físicos mais espontâneos e fáceis. Basaglia admirava a capacidade de sonhar e a vontade de mudança dos brasileiros. Posteriormente, eu teria aprendido que esta vontade de utopia não derivava só da evidência das contradições sociais e da necessidade de justiça, mas também da própria história do país. Uma história que tinha mantido sempre aberta a dialética entre opressão e liberdade, desde o conflito com os índios, na época da escravidão, até o das imigrações. Um

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

país multiétnico, que teve a coragem de defender e exaltar a mestiçagem; um país que teve a sorte de não estar envolvido na tragédia das guerras mundiais, quando na Europa se criou aquele estilo de alteridade nacionalista, baseada na mitologia do combate, na audácia, na hostilidade contra os estrangeiros. Há personagens, há gestos que permitem entrever na história do Brasil o desenvolvimento de uma cultura de tolerância e do direito: Joaquim Nabucco de Araújo, e André Rebouças que lutam apaixonadamente contra a escravidão, Abdias do Nascimento que defende a cultura da igualdade para afrodescendentes, Manuel Raimundo Querino na sua luta contra as perseguições dos praticantes das religiões afro-brasileiras e contra as ideias preconceituosas da ciência de Nina Rodrigues, Paulo Freire através da insuperável “Pedagogia do Oprimido”. E ainda mais o valor de testemunha de Dom Helder Pessoa Câmara, de Chico Mendes e a coragem de Alfonso Henrique de Lima Barreto em assumir sua diversidade contra a academia da literatura ou a extraordinária singularidade estética e teatral de Corpo-Santo. Penso em Niseda Silveira, que, desde a sua tese inaugural em medicina em 1926 (“Ensaio sobre a Criminalidade da mulher no Brasil”), decidiu ficar do lado das pessoas que se encontravam fora das normas e que já mostrava-se discordante do clima político da época; aquele clima que era a favor da eugenia e contra as pessoas “taradas”, como proclamava Rodrigues Caldas, diretor da instituição psiquiátrica em Salvador. Penso enfim nas palavras tocantes de Machado de Assis (ele, neto de escravos), que descreve o dia do fim da escravidão: “Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888 [...] todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos[...]. Todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente foi o único dia de delírio público que me lembro de ter visto...”

Por isso, parece lógica a entusiástica adesão dos brasileiros à luta antimanicomial e ao pensamento de Franco Basaglia, porque Basaglia tem revelado, no vínculo do manicômio, as regras de um jogo – o jogo do poder – que, com modalidades e intensidades diferentes, se reproduz em outras realidades sociais ou institucionais (na escola, na saúde, nos lugares do trabalho), um poder a quem a ciência é frequentemente submetida.

Mas o caminho da humanidade para a sua libertação não é linear: há vitórias, mas há também retrocessos e derrotas. Depois do 11 setembro de

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

2001 e depois do triunfo do neoliberalismo e do mercado, estamos numa guerra total. A guerra é externa, com as suas crueldades e ferocidades no Iraque, no Afeganistão, na África, nos países árabes. Mas a guerra é também interna no interior da sociedade e das instituições, levadas pela especulação financeira, pela destruição do Welfare State, pelo ataque ao ecossistema do planeta. Esta guerra interna assume ainda uma cara belicista, como na ideologia dos terroristas ou dos racistas, ou dos narcotraficantes (como no México), ou no rechaço dos migrantes na Europa, mas tem também uma cara menos vistosa, mas igualmente perigosa: a cara da perda do ethos público, da solidariedade ativa, da esperança na possibilidade de mudança, acostuma-se à injustiça, é homologada ao gossip, à ficção, à exaltação do sucesso e do direito do mais forte. A reforma na saúde mental não depende só da organização, do número dos Caps, da quantidade de recursos, depende, sobretudo da capacidade de manter sempre aquele olhar de reciprocidade entre os sujeitos, de se manter estrangeiros ao pensamento dominante. Paradoxalmente, porém, hoje, não é essencial a contraposição das alteridades (entre o Eu e o Outro), porque as diversidades parecem ter conseguido um amplo reconhecimento social. Hoje é crucial o reconhecimento da desigualdade que acompanha a diversidade - reconhecimento e luta que necessitam de um envolvimento pessoal direto, imediato, para corrigir a injustiça: temos que corrigir nós mesmos. A verdadeira revolução é a revolução da nossa cotidianidade!

A história exemplar da conquista da América ensina que a civilização ocidental venceu os índios graças à superioridade militar e à superioridade cultural na comunicação entre homens, mas ensina que esta superioridade se impôs à custa da comunicação com a natureza e com o destino da humanidade.

Os europeus favoreceram a troca entre homens, os índios favoreceram a troca com a natureza. Mas nenhum dos dois era, e ainda é, intrinsecamente superior à outro: precisamos de ambos. Ter consciência da relatividade, e por isso da arbitrariedade, da nossa cultura, da nossa ideologia, dos nossos valores significa já nos modificar um pouco. A história (e não a ciência) não é mais que uma série de tais imperceptíveis e resolutivas modificações.

“O ser do homem é comunicação profunda.- concluiu Michail Bachtin em Dostoevskij - Ser significa comunicar. Ser significa ser por outro e, através do Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.4, n.10, p.43-61, 2012

outro, por si mesmo. O homem não possui um território interno soberano. Ele está completamente e sempre na fronteira: olhando para si mesmo, olha nos olhos dos outros. Não posso prescindir do outro.”E ainda uma última consideração a fazer. Ocorre-me frequentemente pensar o que aconteceu em Lampedusa: é uma pequena ilha no mar Mediterrâneo e o ponto mais ao sul da Itália e provavelmente também da Europa. É o ponto onde se atracam os barcos dos imigrantes africanos que, clandestinamente, querem entrar na Europa. Para eles é uma viagem perigosa: estão em dezenas, centenas, em pequenos barcos privados de segurança. Junto aos homens, estão também mulheres e crianças. Muitos morrem de fome e sede. Muitos afogam-se. Calcula-se que tenham sido mortas cerca de 10.000 pessoas nos últimos 15 anos. Por esta estimativa se recorda o número de africanos que morriam nos navios negreiros, no tempo da escravidão, na viagem que faziam da África à América. Ocorre, às vezes, que o mar traga os corpos dos mortos para as praias de Lampedusa. No pequeno cemitério da ilha, há uma área que é sempre maior: as sepulturas sem nome. A sepultura dos imigrantes.

Penso que seja profundamente injusto não serem reconhecidos na vida ou na morte. Penso que uma pessoa sem nome, seja uma pessoa sem história, sem direito algum. Penso também que esta forma de anonimato dificulte, para nós, o reconhecimento da enormidade desta injustiça. O anonimato transforma as pessoas em categorias abstratas: migrantes, negros, loucos, desviantes, homossexuais, pobres – todos são “os outros”. São números, não são sujeitos! E assim diminui nosso senso de culpa, a nossa responsabilidade.

Quando reconhecemos, por outro lado, a subjetividade do outro, quando reconhecemos o seu nome e a sua história, é difícil não se sentir envolvido. É por esta razão que sinto o dever moral de dar um nome àquela mulher maya que foi oferecida como comida para os cães. Sei que é uma ficção, uma ingenuidade, um comportamento tolo. Mas eu creio, porém, na força da simbolização e na coragem de não temer o ridículo. Entre nomes mayas, escolhi “Na mich te”, que quer dizer “flor de primavera”. E eu hoje, com vocês, neste lugar, quero chamar assim aquela mulher. “Na mich te”, nossa mãe, nossa irmã, nós te pedimos desculpas! “Na mich te”, te agradeço. Não te esqueceremos nunca.

Refletindo sobre tudo isso, talvez devesse mudar o título desta conferência. Ao invés de falar de cidadania ou de paradigma, diria simplesmente, parafraseando Todorov: “Dedico estas palavras em memória de “Na mich te” – uma mulher índia que foi morta afirmando os valores da sua alteridade.

REFERÊNCIA

AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ASSIS M. de. **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro: A Estação, 1881.

ATTENASIO, L., et al. **La cura degli altri**. Seminaridietnopsichiatria. Roma: Armando., 2005.

BABINI, P. V. **Liberi tutti**: manicomi e psiquiatri in Italia: una storia del Novecento, Bologna: Il Mulino, 2009.

BARRETO, L. **Diário do hospício**. O cemitério dos Vivos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BASAGLIA, F. **A Instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BASAGLIA, F. **Escritos selecionados**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BASAGLIA, F. **A psiquiatria alternativa**. Contra o pessimismo da razão e o otimismo a prática. São Paulo: Brasil Debates, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. New York: Herder&Herder, 1970.

FANON, F. **Peu noire et masques blancs**. Paris: Ed duSeuil, 1952.

FANON, F. **Le damnés se la terre**. Paris: Maspéro Ed., 1961.

FOUCAULT, M. **Folie e déraison**. Histoire de la folie á l'âge classique. Paris: Plon, 1961.

GOULART, M. S. B. **As raízes italianas do movimento antimanicomial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GOULART, M. S. B. **De profissionais a militantes**. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, 2004.

HABERMANS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1994.

ILLICH, I., **Deschooling Society**. Harmondsworth: Penguin. 1973.

ILLICH, I. **Celebration of Awareness**. A call for institutional revolution. Harmondsworth Penguin, 1973.

ILLICH, I. **Per una storia de ibisogni**. Milano: Mondadori, 1981.

JASPERS, K. **Allgemeine Psychopathologie**. Berlin: Springer-Verlag, 1959.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: Chicago University Press, 1961.

LAING, R. **O eu e os outros**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LAING, R.; COOPER, D. **Razão e violência: uma década da filosofia de Sartre**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOBOSQUE, A. M. **Experiência da loucura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MATTOS, V. **Trem de doido: o direito penal e a psiquiatria de mãos dadas**. Belo Horizonte: UMA Editoria, 1999.

MELO, W. **Nise da Silveira**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

NATHAN, T. **Médecins et sorciers**. Paris: les Empêcheurs de penser en rond, 1995.

PIRELLA, A. **Il problema psichiatrico**. Pistoia: Centro di Documentazione, 1999.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SARTRE, J. P. **L'être e lenéant**: essai d'ontologie phénoménologique. Paris: Gallimard, 1943.

SARTRE, J., P. **Critique de la raison dialectique**. Paris : Gallimard, 1960.

TODOROV, T. **La conquête de l'Amérique**. La question de l'autre, Paris: Ed. Du Seuil, 1982.

VENTURINI, E. **Il giardino dei gelsi**. Torino: Einaudi, 1979.

VENTURINI, E. **A qualidade do gesto louco na época da apropriação e da globalização**. In Arquivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

VENTURINI, E. A virtude da indignação. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, Vol.4 n.1, p.16-27, 2008.

VENTURINI, E. A cidade dos outros. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 21 n.2., Rio de Janeiro, Maio/Ago, 2009.

VENTURINI, E. O caminho dos cantos: morar e intersectorialidade na saúde mental. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol.22, n.3, Rio de Janeiro, 2010.